



É TEMPO
DE PENSAR
NO FUTURO
DO BRASIL

QUE PAÍS INTERESSA PARA OS TRABALHADORES?

MAIS
EMPREGO
MAIS DIREITOS
MAIS OPORTUNIDADES
PARA TODOS
E TODAS

TRABALHO
DIREITOS
SERVIÇOS PÚBLICOS
E UM BRASIL
MAIS JUSTO

QUE PAÍS INTERESSA PARA OS TRABALHADORES?

A eleição também decide os rumos do trabalho, dos direitos, da Petrobrás e das políticas públicas. Por isso, é importante conhecer o que mudou nos últimos anos e quais temas estão em disputa. Quando chega uma eleição, muita coisa entra no debate. Mas, para quem vive do próprio trabalho, algumas perguntas são bem concretas.

Vai ter emprego? O salário vai aumentar acima da inflação? Os direitos serão mantidos? A jornada pode diminuir? A Petrobrás vai continuar pública e investindo, de forma a ampliar os contratos para os trabalhadores das prestadoras de serviços? E o que acontecerá com as políticas sociais? **Essas e outras são questões que mexem diretamente com a vida de milhões de famílias.**

UM TEMPO EM QUE OS EMPREGOS ESTIVERAM AMEAÇADOS

Desde o golpe de 2016 e até 2022, quando a Petrobrás era dirigida por um projeto de venda de refinarias e outras unidades, a ameaça de perda dos empregos era uma constante. A Refap esteve na mira e causou grande preocupação a todos os petroleiros/as, inclusive os das empresas privadas. Mas em janeiro de 2023, com a instalação de um novo projeto no país a Petrobrás foi retirada da lista de privatizações.

Uma Petrobrás que vende unidades, reduz atividades ou deixa determinados setores significa mudanças também para milhares de trabalhadores das contratadas. São trabalhadores da manutenção, montagem, construção, limpeza, alimentação, transporte, segurança e de muitas outras áreas.



HOJE, O CAMINHO É DE NOVOS INVESTIMENTOS

O cenário hoje é diferente. O Plano de Negócios 2026-2030 da Petrobrás prevê **US\$ 109 bilhões em investimentos**. Os projetos têm potencial para **gerar ou sustentar 311 mil empregos diretos e indiretos nos próximos cinco anos**. Há investimentos previstos em exploração e produção, refino, gás, fertilizantes, indústria naval e novas fontes de energia.

Isso interessa diretamente aos trabalhadores das empresas privadas que prestam serviços para a estatal. Quando uma refinaria recebe investimento, quando uma plataforma é construída, quando há manutenção, ampliação de uma unidade ou contratação de novos serviços, toda uma cadeia de empresas e trabalhadores pode ser movimentada.

Por isso, o futuro da Petrobrás não é um assunto distante e seu futuro depende do crachá. As decisões sobre a maior empresa brasileira também chegam ao emprego, ao salário e à mesa desses trabalhadores. E por ser uma empresa pública, a eleição geral no país merece toda a atenção dos trabalhadores/as.

O VOTO TEM CONSEQUÊNCIAS CONCRETAS

Para o trabalhador das empresas privadas na Petrobrás, discutir eleição **não significa discutir apenas nomes de candidatos. Significa olhar para propostas e para decisões concretas.**

Qual política está sendo apresentada para a Petrobrás? Qual é a posição sobre privatizações e investimentos? O que se propõe para o salário mínimo? E para a jornada de trabalho? Quais são as propostas para direitos trabalhistas, emprego e políticas sociais? Estas são perguntas que cada trabalhador/a deve fazer antes de decidir seu voto.

As escolhas feitas nas urnas ajudam a definir quem ocupará o governo e o Congresso. E essas instituições tomam decisões sobre temas que chegam diretamente ao local de trabalho, ao salário e à vida das famílias.

Informação é fundamental para que cada trabalhador/a faça sua própria escolha, sem esquecer que **a sua decisão poderá ter consequências que afetam a sua vida e de toda a classe trabalhadora!**

QUE PAÍS INTERESSA PARA OS TRABALHADORES?

SALÁRIO MÍNIMO VOLTOU A TER GANHO REAL

Outra mudança ocorreu no **salário mínimo**. A política de **valorização permanente** foi retomada por lei em **2023**. Pela regra, o reajuste considera a inflação e o crescimento do PIB, dentro dos limites estabelecidos pela legislação. **Em 2026, o salário mínimo chegou a R\$ 1.621**. Documentos oficiais registram que houve **ganho real de 2,5% em 2025 e novamente em 2026**. O salário mínimo não interessa apenas a quem recebe o piso nacional. Ele também **influencia aposentadorias, benefícios e negociações salariais de diversas categorias**.



A política do salário mínimo, porém, depende de **decisões tomadas pelo governo e pelo Congresso**. As regras podem ser mantidas ou modificadas por novas leis. Portanto, é importante verificar que candidatos/as concorrer para o Executivo e Legislativo e ver como eles se comportaram em relação a este importante tema.

PROGRAMAS SOCIAIS TAMBÉM DEPENDEM DE DECISÕES POLÍTICAS

O mesmo ocorre com as políticas sociais. O **Bolsa Família** atualmente garante benefício mínimo de R\$ 600 por família, além de adicionais conforme a composição familiar. Essas regras estão previstas em lei.

Salário mínimo, **programas de transferência de renda, aposentadorias, políticas de emprego e investimentos públicos** não são permanentes por natureza. Suas regras podem ser ampliadas, reduzidas ou modificadas por decisões do Executivo e do Congresso, respeitadas a Cons-

tituição e o processo legislativo.

NÃO SE DEIXE ENGANAR NEM INTIMIDAR

Neste período eleitoral há muitas promessas e os candidatos se comprometem com quase tudo. Mas muitos estão concorrendo à reeleição e ao longo de seus mandatos **votaram várias vezes contra os trabalhadores**. É importante pesquisar estes nomes e ver, concretamente, qual foi a posição destes candidatos quando tinham mandato. Como votaram na reforma trabalhista, que retirou muitos direitos dos trabalhadores; como votaram na reforma da previdência, que dificultou ao trabalhador se aposentar e alterou, inclusive, as regras da aposentadoria especial, obrigando o trabalhadores a ficar muito mais tempo exposto a produtos que comprovadamente fazem mal à saúde; como se posicionaram até agora em relação a escala 6x1 e a redução da jornada sem redução salarial, entre outras questões. **Isso é fundamental para saber quem, de fato, está ao lado do trabalhador.**

FIM DA ESCALA 6X1 PODERÁ DEPENDER DAS URNAS

Depois de **anos de mobilização sindical**, a **redução da jornada sem redução salarial e o fim da escala 6x1** avançaram no Congresso. A **PEC 221/2019**, que estabelece jornada máxima de 40 horas semanais e dois dias de descanso remunerado, foi aprovada pela Câmara e, em 02/09, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, indo para análise do Plenário.

A luta, porém, ainda não terminou. Enquanto parte dos parlamentares apoia a redução da jornada, outros se posicionam contra a mudança. O Senador do Republicanos/RS, Hamilton Mourão, votou contra a proposta. Por isso, além da mobilização nas ruas e nos locais de trabalho, **as eleições de outubro terão importância para a agenda trabalhista dos próximos anos**.

CONGRESSO EM DISPUTA - Em **4 de outubro**, serão eleitos **513 deputados federais e 54 dos 81 senadores**. Ou seja, **toda a Câmara e dois terços do Senado** estarão em disputa. São deputados e senadores que votam PECs e projetos sobre jornada, salários, aposentadoria e outros direitos trabalhistas e sociais. Por isso, para quem considera essas pautas prioritárias, é importante conhecer o histórico, as propostas e os compromissos dos candidatos com os direitos dos trabalhadores e também os seus partidos.

Descanso semanal, férias e limites de jornada foram construídos por décadas de organização, negociação e disputa política. Nas eleições, toda atenção é pouca. Acompanhar quem assume compromissos concretos com essas pautas - tem gente falando em nova reforma trabalhista e da previdência e que votaram contra o fim da escala 6x1 - é uma forma de avaliar quais projetos estarão representados no próximo Congresso e quem merece o voto dos trabalhadores/as.



LUTA QUE GANHOU FORÇA NO RS VIRA CONQUISTA NACIONAL

Organização dos trabalhadores de empresas contratadas para atuar na Petrobrás ajudou a transformar reivindicações dos locais de trabalho em direitos para todo o país.

A luta dos trabalhadores de empresas contratadas para atuar dentro da Petrobrás, que teve forte mobilização no RS, ajudou a construir uma importante conquista nacional. A CNM/CUT, junto com **18 sindicatos**, assinou, dia 18/08, **Acordo Coletivo Nacional com a Petrobrás** estabelecendo direitos e condições comuns para quem atua nas paradas de manutenção.

A conquista mostra, mais uma vez, que direito é resultado de organização, mobilização e luta. Durante muito tempo, trabalhadores enfrentaram diferenças salariais e de benefícios entre contratos, além de casos de atrasos de salários e problemas no pagamento de direitos trabalhistas.

MAIS DIREITO E PROTEÇÃO

O acordo garante **plano de saúde e odontológico, vale-refei-**



ção, alimentação, transporte, hospedagem e refeição subsidiada, além da **participação dos sindicatos na fiscalização das condições de trabalho**. Também fortalece a **contratação de mão de obra local** e estabelece **parâmetros nacionais para reduzir as desigualdades entre contratos e regiões**.

No RS, a conquista terá impacto direto sobre quem trabalha nas empresas contratadas para atuar na Refap. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Paulo Chitolina, o acordo é especialmente importante porque enfrenta as diferenças salariais e eleva a remuneração de trabalhadores e

trabalhadoras que atuam dentro da refinaria.

LUTA SE TRANSFORMA EM CONQUISTA

O acordo nacional comprova a importância da organização nos locais de trabalho. Problemas que antes atingiam trabalhadores isoladamente passaram a ser enfrentados coletivamente pelos sindicatos e ganharam dimensão nacional. **A mobilização começou na base, ganhou força e virou conquista**. É assim que se avança. Trabalhador organizado, sindicato presente e luta coletiva para transformar reivindicações em direitos.

ASSÉDIO ELEITORAL É CRIME. TRABALHADOR, FIQUE ATENTO E DENUNCIE!

Nenhum trabalhador/a pode ser **pressionado, ameaçado ou constrangido** no ambiente de trabalho por **causa de sua escolha política**. O voto é livre e secreto. Ameaças de demissão, promessas de benefícios, cobranças sobre o voto e constrangimentos relacionados a preferências políticas estão entre as práticas que podem caracterizar **assédio eleitoral**.

A pressão pode ocorrer pessoalmente, em reuniões ou até mesmo por grupos de mensagens e outros meios ligados ao trabalho. **Não aceite pressão sobre o seu voto**. Qualquer situação de possível assédio eleitoral deve ser **imediatamente comunicada ao Sindicato**, para orientação e encaminhamento da denúncia aos órgãos competentes. Sempre que possível, preserve mensagens, e-mails, áudios, vídeos e identifique testemunhas, pois esses materiais podem auxiliar na apuração.

Seu voto pertence a você. Pressão no trabalho não pode decidir sua escolha.



pontocomum

Informativo do SINDIPETRO-RS dirigido aos trabalhadores das empresas privadas das Unidades do Sistema Petrobrás no RS | SINDIPETRO-RS GESTÃO 2025-2028
DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Naiva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278)
SEDE PORTO ALEGRE - R. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Fone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br |
DELEGACIA CANOAS - R. Victor Barreto, 3288, Centro, Fone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br
DELEGACIA LITORAL NORTE - R. Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, Fone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

ESTE CANAL É PARA VOCÊ! pontocomum

SUGESTÕES! MENSAGENS! DENÚNCIAS!

PARTICIPE PELO EMAIL pontocomum@sindipetro-rs.org.br